Abordagens pastorais contemporâneas do processo sinodal:

desafios, propostas e meios com especial referência à América Latina e ao Caribe

Francisco Javier Burgos

Cadernos de Estudo OLS N.º 012 | Outubro de 2026

Observatório Latino-americano da Sinodalidade

Abordagens pastorais contemporâneas do processo sinodal:

desafios, propostas e meios com especial referência à América Latina e ao Caribe

Francisco Javier Burgos



Observatório
Latino-americano
da Sinodalidade

Cadernos de Estudo OLS nº 012 | Outubro de 2026

Cadernos de Estudo OLS • No. 0012 • Outubro de 2025
ISBN: 978-9915-9699-8-5

* * *

Conselho Observatório Latino-Americano da Sinodalidade
Agenor Brighenti
Silvia Cáceres
Edward Guimarães
Moema Miranda
Alejandro Ortiz
João Décio Passos
Carlos Schickendantz
Consuelo Vélez

Autor
Francisco Javier Burgos

Direção editorial
Óscar Elizalde Prada
Rosario Hermano

Revisão de estilo
Micaela Díaz

Projeto gráfico
Giovanny Pinzón Salamanca

Design e layout
Milton Ruiz Clavijo

Capa:
Milton Ruiz Clavijo

© 2025, Observatório Latino-Americano da Sinodalidade
Juana de Arco 3324 – CP 11700
Montevideo – Uruguay.
Telefone: (598) 99 177 138
E-mail: observatoriosinodalidad@gmail.com
www.observatoriosinodalidad.org

O Observatório Latino-Americano da Sinodalidade é liderado pela Fundação Amerindia e apoiado pela Porticus. Esta publicação pode ser reproduzida com citação da fonte.

Índice

1. Introdução 7
2. Abordagens pastorais contemporâneas do Sínodo..... 9
3. Um desafio pastoral contemporâneo: a participação efetiva e a renovação dos organismos eclesiais.....13
4. Propostas do processo sinodal para enfrentar o desafio 16
5. Meios e recursos para alcançar os objetivos 19
6. Conclusão 22
7. Uma reflexão pessoal..... 24
8. Bibliografia 28

Abordagens pastorais contemporâneas do processo sinodal:

desafios, propostas e meios com especial referência à América Latina e ao Caribe

1. Introdução

O processo sinodal iniciado pelo Papa Francisco em 2021 constitui um dos esforços pastorais mais amplos e participativos da história recente da Igreja Católica. Ao longo de três anos de escuta, reflexão e discernimento, o Povo de Deus foi convocado a se perguntar como ser uma Igreja mais participativa, missionária e fiel ao Evangelho no mundo contemporâneo.

O Documento Final (DF) da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos —aprovado em 26 de outubro de 2024 e elevado pelo Papa Francisco à categoria de magistério ordinário do Sucessor de Pedro— e as Pistas para a Fase de Implementação do Sínodo (PFI), publicadas pela Secretaria-Geral do Sínodo em 29

de junho de 2025, constituem o marco de referência para a ação pastoral das Igrejas locais no quadriênio 2025–2028.

A presente análise identifica as abordagens pastorais contemporâneas que emergem de ambos os documentos, com especial atenção à sua relevância para a América Latina; descreve em profundidade um dos principais desafios pastorais que eles apresentam; expõe as propostas e os meios oferecidos para enfrentá-lo; e conclui com uma síntese avaliativa.

2. Abordagens pastorais contemporâneas do Sínodo

O DF articula sua visão pastoral em torno de cinco grandes blocos temáticos, estruturados como «conversões»: dos sentimentos e da espiritualidade (Parte I), das relações (Parte II), dos processos eclesiais (Parte III), dos vínculos comunitários (Parte IV) e da formação (Parte V). Dessa trama decorrem as seguintes abordagens pastorais articuladas:

2.1. Igreja como Povo de Deus em saída missionária

O DF retoma com vigor a eclesiologia do Concílio Vaticano II: a Igreja não é uma instituição fechada sobre si mesma, mas o Povo de Deus convocado e enviado em missão. Essa abordagem incide diretamente sobre a pastoral latino-americana, que historicamente desenvolveu a «opção preferencial pelos pobres» e as comunidades eclesiais de base como expressões concretas desse dinamismo.

> «Todo o Povo de Deus é sujeito do anúncio do Evangelho. Nele, cada batizado é convocado a ser protagonista da missão, porque todos somos discípulos missionários (CTI, n. 53). (DF, n. 4)»

2.2. Sinodalidade como estilo de vida eclesial

A sinodalidade não é definida como uma estrutura organizativa, mas como um caminhar juntos com Cristo e rumo ao Reino, que

implica escuta recíproca, diálogo, discernimento comunitário e tomada de decisões em corresponsabilidade diferenciada (DF, n. 28). Para a América Latina, isso se conecta com a tradição das Conferências Episcopais —CELAM— e com a experiência dos Documentos de Medellín (1968), Puebla (1979) e Aparecida (2007).

2.3. Conversão das relações e equidade de gênero

O DF dedica atenção significativa à necessidade de superar assimetrias nas relações eclesiais, com especial ênfase no pleno reconhecimento dos carismas das mulheres. O texto reconhece que as mulheres «constituem a maioria dos fiéis e, muitas vezes, são as primeiras testemunhas da fé nas famílias» (DF, n. 60) e pede que sejam removidos os obstáculos reais à sua participação em funções de responsabilidade.

No contexto latino-americano, no qual a presença feminina sustenta a vida pastoral de inúmeras comunidades rurais e periféricas, essa abordagem adquire particular urgência.

2.4. Discernimento eclesial e renovação dos processos de tomada de decisão

Uma das contribuições mais originais do processo sinodal é a proposta de integrar o discernimento espiritual comunitário —particularmente a Conversação no Espírito— aos processos de elaboração e tomada de decisões da comunidade eclesial. Isso supõe uma transformação profunda da cultura institucional da

Igreja, que, na América Latina, deverá se articular com a diversidade cultural, linguística e étnica do continente.

2.5. Transparência, prestação de contas e proteção das pessoas vulneráveis

O DF apresenta com clareza a exigência de práticas de transparência e responsabilidade na gestão pastoral e econômica das Igrejas locais, como resposta tanto à crise de credibilidade gerada pelos escândalos de abusos quanto à demanda social por instituições confiáveis. Para a América Latina, onde a crise de confiança nas instituições é especialmente aguda, essa abordagem possui relevância estratégica.

2.6. Inculturação e valorização das Igrejas locais

O DF ressalta a riqueza da catolicidade como integração orgânica de legítimas diversidades (DF, n. 39) e alerta contra o centralismo que sufoca a criatividade missionária local. Para a América Latina, isso abre um espaço renovado para a inculturação do Evangelho em seus múltiplos contextos: povos indígenas, comunidades afrodescendentes, culturas rurais e periferias urbanas. O DF cita especificamente a Amazônia como horizonte de troca de dons (DF, n. 120).

2.7. Impulso ecumênico e inter-religioso

O DF afirma que «o caminho da sinodalidade que a Igreja Católica está percorrendo é e deve ser ecumênico» (DF, n. 23). No contexto latino-americano, marcado pelo crescimento das Igrejas evangélicas e pentecostais e pela presença de tradições religiosas afro-indígenas, essa abordagem requer um discernimento pastoral específico e uma pastoral do diálogo renovada.

3. Um desafio pastoral contemporâneo: a participação efetiva e a renovação dos organismos eclesiais

Entre os múltiplos desafios pastorais identificados no processo sinodal, analisa-se aqui, com particular profundidade, a tensão entre a aspiração a uma participação real de todos os batizados na vida e na missão da Igreja e as estruturas eclesiais que frequentemente limitam, formalizam ou tornam ilusória essa participação.

3.1. Descrição do desafio

O DF constata com honestidade que, apesar da riqueza da experiência sinodal, persiste uma lacuna significativa entre o ideal de uma Igreja participativa e a realidade cotidiana de muitas comunidades. Essa lacuna se manifesta em vários planos:

- Os organismos de participação previstos pelo direito canônico —conselhos pastorais diocesanos e paroquiais, conselhos econômicos, sínodos diocesanos— frequentemente não existem, funcionam de maneira puramente formal ou são convocados sem um método sinodal genuíno.
- A concentração do poder decisório em figuras clericais, sem que os leigos —e especialmente as mulheres— sejam efetivamente ouvidos e tenham peso real nas decisões que afetam a comunidade.
- A falta de uma cultura do discernimento eclesial: as decisões são tomadas frequentemente com base em critérios de

eficiência, tradição ou vontade pessoal da autoridade, sem processos de consulta, escuta e deliberação compartilhada.

- A ausência de mecanismos de prestação de contas e avaliação: muitas comunidades desconhecem como são administrados os bens da Igreja, quais são os planos pastorais e quais são seus resultados.
- O clericalismo como distorção relacional: o DF o identifica como um dos males que mais prejudicam a missão da Igreja, ao concentrar o exercício do poder nos ministros ordenados e excluir a contribuição do conjunto do Povo de Deus.

3.2. Especificidade latino-americana do desafio

Na América Latina, esse desafio adquire características próprias. A vasta extensão geográfica, a escassez de clero em muitas regiões, a presença de comunidades indígenas com suas próprias formas de governo comunitário e a herança de uma Igreja que historicamente oscilou entre o clericalismo e os movimentos de base fazem da participação eclesial um terreno particularmente complexo e, ao mesmo tempo, fecundo.

A tradição das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), incentivada desde Medellín e Puebla, constitui um antecedente valioso que o processo sinodal pode reativar e renovar, integrando-o a uma visão mais ampla de sinodalidade. Da mesma forma, a experiência da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Aparecida (2007) —que o próprio Papa Francisco reconhece

como inspiradora do processo sinodal— oferece um horizonte metodológico e teológico já experimentado no continente.

«Pedimos a todas as Igrejas locais que continuem sua caminhada cotidiana com uma metodologia sinodal de consulta e discernimento, identificando caminhos concretos e itinerários formativos para realizar uma conversão sinodal tangível nas diversas realidades eclesiais. (DF, n. 9)»

4. Propostas do processo sinodal para enfrentar o desafio

O DF e as PFI articulam um conjunto de propostas específicas para enfrentar o desafio da participação efetiva. Essas propostas se organizam em três níveis: estrutural-canônico, metodológico e formativo.

4.1. Propostas estruturais e canônicas

O DF propõe com clareza que os organismos de participação sejam efetivamente obrigatórios e funcionem de maneira real, não meramente formal:

«Uma Igreja sinodal se baseia na existência, na eficiência e na vitalidade efetiva, e não meramente nominal, desses órgãos de participação. (DF, n. 104)»

As propostas concretas nesse âmbito incluem:

- Obrigatoriedade efetiva dos conselhos pastorais diocesanos e paroquiais, dos conselhos econômicos e dos sínodos diocesanos em todas as dioceses e eparquias.
- Revisão das normas canônicas para superar a distinção rígida entre voto consultivo e voto deliberativo, esclarecendo a articulação entre consulta e decisão (DF, n. 92).
- Abertura dos organismos de participação a uma composição mais diversa, que inclua mulheres, jovens e pessoas em situação de pobreza e marginalização (DF, n. 106).
- Celebração periódica de assembleias eclesiais em todos os níveis —paroquial, diocesano, nacional, continental—

como instâncias de consulta, discernimento e prestação de contas (DF, n. 107–108).

- Revalorização do sínodo diocesano como fórum de escuta, discernimento e avaliação periódica da atividade pastoral do bispo (DF, n. 108).
- Acesso de leigos e leigas a cargos de responsabilidade em instituições eclesiais, incluindo seminários, faculdades de teologia e tribunais canônicos (DF, n. 77).

4.2. Propostas metodológicas

O processo sinodal demonstrou que a transformação das estruturas não é suficiente se não for acompanhada por uma transformação do método de trabalho das comunidades. As propostas metodológicas incluem:

- Adoção da Conversação no Espírito como método ordinário de trabalho dos organismos de participação, com as adaptações necessárias a cada contexto (DF, n. 45; PFI, n. 4.1).
- Concepção e acompanhamento de processos de discernimento eclesial que articulem a escuta da Palavra, a leitura da realidade, a análise contextual e a deliberação comunitária (DF, n. 84–86).
- Introdução de práticas de transparência e prestação de contas: publicação de relatórios anuais de gestão econômica e pastoral, certificados por auditores externos (DF, n. 102).
- Procedimentos de avaliação periódica de todos os ministérios e tarefas eclesiais (DF, n. 102).

- Registro das equipes sinodais diocesanas no banco de dados da Secretaria-Geral do Sínodo, para garantir a coordenação e a troca de experiências (PFI, n. 2.4).

4.3. Propostas formativas

A Parte V do DF e a seção 3.2 das PFI ressaltam que a transformação sinodal requer um investimento contínuo em formação. As propostas formativas incluem:

- Formação integral, contínua e compartilhada para todos os batizados —leigos, consagrados e ministros ordenados— que promova a corresponsabilidade e a capacidade de discernimento (DF, n. 143).
- Itinerários de formação conjunta entre homens e mulheres, leigos e clérigos, para superar a compartimentação que reproduz as assimetrias atuais (DF, n. 143).
- Revisão da Ratio Fundamentalis Institutionis Sacerdotalis para integrar a sinodalidade à formação dos candidatos ao ministério ordenado (DF, n. 148).
- Formação dos bispos para o exercício da autoridade em estilo sinodal (DF, n. 148; PFI, n. 2.1).
- Formação de facilitadores e acompanhantes de processos sinodais (PFI, n. 2.2).
- Jubileu das equipes sinodais e dos organismos de participação, previsto para 24–26 de outubro de 2025, como momento de intercâmbio espiritual e metodológico (PFI, n. 1).

5. Meios e recursos para alcançar os objetivos

A Secretaria-Geral do Sínodo e o DF identificam uma série de meios e recursos concretos para a fase de implementação, estruturados em quatro linhas:

5.1. Marco institucional

- A Nota de Acompanhamento do Papa Francisco (24 de novembro de 2024), que confere autoridade magisterial ao DF e compromete todas as Igrejas com sua implementação.
- A constituição apostólica Episcopalis communio (2018), que regulamenta o processo sinodal em suas três fases e prevê mecanismos de acompanhamento.
- Os dez Grupos de Estudo criados após a Primeira Sessão, encarregados de aprofundar temas específicos (relações entre a Igreja latina e as Igrejas orientais; liturgia e sinodalidade; estatuto das Conferências Episcopais; ministérios; etc.).
- A Comissão Canônica a serviço da renovação normativa necessária para a implementação das orientações sinodais.

5.2. Instrumentos metodológicos

- As Pistas para a Fase de Implementação do Sínodo (PFI, 29 de junho de 2025), publicadas pela Secretaria-Geral do

Sínodo com a aprovação do Papa Leão XIV, como marco orientador para o quadriênio 2025–2028.

- A Conversação no Espírito como instrumento privilegiado de discernimento comunitário.
- As ferramentas digitais para a escuta, o diálogo e a comunicação entre comunidades e Conferências Episcopais.
- O banco de dados das equipes sinodais diocesanas da Secretaria-Geral, para garantir a coordenação e a troca de experiências em nível mundial.

5.3. Eventos e espaços de encontro

- Jubileu das equipes sinodais e dos organismos de participação (24–26 de outubro de 2025).
- Assembleias de avaliação em dioceses e eparquias (primeiro semestre de 2027).
- Assembleias de avaliação em Conferências Episcopais nacionais e internacionais (segundo semestre de 2027).
- Assembleias continentais de avaliação (primeiro trimestre de 2028).
- Assembleia Eclesial no Vaticano (outubro de 2028).

5.4. Recursos humanos e formativos

- Equipes sinodais diocesanas, nacionais e continentais, renovadas e reativadas como animadoras do processo de implementação.
- Escolas e iniciativas de formação em sinodalidade presentes nos diversos territórios, à disposição das equipes sinodais.
- Facilitadores e acompanhantes de processos sinodais, formados especificamente para esse serviço.
- Instituições teológicas e acadêmicas, convocadas a acompanhar a reflexão teológica, pastoral e canônica que a implementação requer.
- A Secretaria-Geral do Sínodo como serviço de escuta, acompanhamento e coordenação entre as Igrejas, disponível especialmente para as Igrejas com menos recursos.

6. Conclusão

O processo sinodal 2021–2024 e sua fase de implementação 2025–2028 representam uma oportunidade histórica para que a Igreja Católica avance decididamente rumo a formas mais participativas, transparentes e missionárias de vida eclesial. Os documentos analisados —o Documento Final do Sínodo e as Pistas para a Fase de Implementação— oferecem um sólido marco teológico e pastoral, enraizado no Concílio Vaticano II, que se conecta com as melhores tradições da Igreja latino-americana: a opção preferencial pelos pobres, as comunidades eclesiais de base, a inculturação do Evangelho e o compromisso com a justiça social.

O desafio da participação efetiva e da renovação dos organismos eclesiais emerge como um dos mais urgentes e estratégicos, porque toca a própria credibilidade da Igreja e sua capacidade de ser «sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano» (LG 1). Enfrentar esse desafio não é uma questão de eficiência organizacional, mas de fidelidade ao Evangelho e ao batismo que une todos os membros do Povo de Deus em igual dignidade.

Para a América Latina, a fase de implementação sinodal chega em um momento de profunda reconfiguração social, cultural e religiosa: crescimento do pluralismo religioso, urbanização acelerada, crise de representação política, migrações internas e internacionais e o persistente clamor dos pobres e da terra. A Igreja sinodal que o DF propõe é precisamente a Igreja capaz de caminhar com este mundo, escutando-o com empatia e anunciando-lhe com coragem a alegria do Evangelho.

A chave de todo o processo é, em última análise, espiritual: crescer como Igreja sinodal requer deixar-se transformar pelo Espírito Santo, que —como recorda o Papa Francisco— «é a harmonia» e continua surpreendendo a Igreja com seus dons inesperados. Que essa confiança na ação do Espírito sustente cada passo da caminhada que as Igrejas da América Latina são chamadas a percorrer juntas.

7. Uma reflexão pessoal

Depois da análise dedicada às abordagens pastorais contemporâneas do processo sinodal apresentada anteriormente, gostaria de me deter aqui em algo anterior e, em certo sentido, mais profundo. Trata-se da relação viva que existe entre a caminhada sinodal da Igreja universal e a experiência de fé da América Latina e do Caribe. Porque, quando se lê o Documento Final com ouvidos latino-americanos, tem-se a estranha sensação de escutar um sotaque familiar. Não se trata de uma casualidade nem de uma simples influência, mas de um diálogo que vem sendo gestado há décadas e que hoje, enfim, se transformou em uma conversa aberta.

Muito antes de a palavra "sinodalidade" entrar no vocabulário cotidiano da Igreja, a América Latina já a vivia sem nomeá-la. Assim, por exemplo, os bispos reunidos em Medellín aprenderam a olhar primeiro para a realidade antes de pronunciar sobre ela a palavra da fé; as comunidades reunidas em torno da Palavra, em tantos bairros e campos do continente, aprenderam a discernir juntas os problemas concretos de sua vida; e Aparecida fez da escuta do povo o ponto de partida de todo o seu discernimento episcopal. Quando o Sínodo propõe hoje à Igreja inteira escutar, discernir e decidir juntos, não está inventando um método, mas recebendo, purificado e amadurecido, um modo de proceder, de ser Igreja, que o continente experimentou durante meio século, com seus acertos e suas feridas.

Há algo ainda mais profundo. O Documento Final respira uma convicção que a teologia latino-americana preservou quando poucos a valorizavam: o reconhecimento da sabedoria e do lugar privilegiado do povo crente. Reconhecer que os pobres não são apenas destinatários do anúncio, mas seus portadores privilegia-

dos, é um fato teológico central na vida eclesial do continente e da Igreja universal. A fé simples do povo crente contém uma sabedoria teológica real, um instinto para viver o Evangelho em nossas realidades carregadas de dores e esperanças. Essa confiança no sentido da fé do povo e na experiência das Comunidades Eclesiais de Base, que a teologia do povo e a teologia da libertação elaboraram com paciência, é hoje um dos pilares sobre os quais repousa toda a arquitetura sinodal. Sem ela, a escuta do Povo de Deus se reduziria a uma pesquisa; com ela, porém, é um ato de abertura ao Espírito que fala em todos.

A sinodalidade proposta pelo Sínodo não é um exercício intraeclesial, mas quer ser profecia em um mundo desigual, voz dos descartados, cuidado da terra ferida. Essa maneira de compreender a comunhão —nunca separada da justiça, nunca indiferente ao sofrimento— traz inconfundivelmente a marca da caminhada latino-americana, desde o clamor de Medellín até o rosto amazônico da Igreja que o Sínodo de 2019 colocou diante dos olhos do mundo.

Seria um erro, no entanto, ler essa história como um simples reconhecimento tardio de tudo o que foi percorrido no continente. O presente que o processo sinodal oferece à América Latina é mais exigente e, precisamente por isso, mais valioso. No momento em que o magistério ordinário da Igreja universal assume as intuições centrais da teologia latino-americana, o Sínodo a liberta daquela postura defensiva, de suspeita e de obrigação de justificar-se, à qual esteve submetida durante décadas. Ao mesmo tempo, permite-lhe articular uma autocrítica serena, fecunda e coerente, a partir da qual já não é preciso proteger a própria herança, mas se torna possível aprofundá-la, revisá-la, podá-la,

fazê-la crescer e entrelaçá-la em um diálogo, uma busca e uma reflexão muito mais amplos e complexos.

Do mesmo modo, a conversação no Espírito, com seu ritmo de palavra, silêncio e ressonância, oferece às práticas participativas que vivemos na América Latina e no Caribe a oportunidade de enriquecer sua disciplina espiritual. Isso exige o discernimento e a busca da vontade de Deus em meio a realidades marcadas pelas grandes assimetrias (sociais, econômicas, políticas etc.) que atravessam nosso continente, e procura promover e fortalecer a mística do diálogo em nossa caminhada cotidiana como Igreja que busca viver sua missão no mundo.

Vista a partir de hoje, essa reciprocidade entre a sinodalidade e a teologia latino-americana não é um capítulo encerrado, mas uma conversa em curso, e convém nomear com honestidade algumas de suas tarefas pendentes. A primeira é geracional e cultural, pois o continente que dialogou com o Concílio já não existe. As cidades cresceram, as periferias se tornaram digitais, além de geográficas, o pluralismo religioso transformou a paisagem espiritual e os jovens latino-americanos vivem buscas que as categorias de cinquenta anos atrás já não conseguem nomear. É preciso descobrir e apostar na fidelidade criativa e na memória que gera novidade, para poder responder profeticamente ao clamor dos pobres e da terra.

A segunda tarefa é essencialmente espiritual, pois tanto o Sínodo quanto a melhor tradição latino-americana coincidem em que, sem profundidade espiritual, tudo isso se reduz à organização. Sem um profundo enraizamento espiritual, a sinodalidade pode degenerar em burocracia participativa, e a opção pelos pobres pode se confundir com um programa sociológico. O que salva

ambas é o primado da graça, a certeza de que é o Espírito quem conduz. Nesse sentido, a memória dos mártires e dos santos simples, que mostraram com a vida que caminhar com os pobres não é uma estratégia, mas uma forma de amar e encarnar o Evangelho, é uma referência inesgotável. A América Latina possui, em sua memória martirial e em sua piedade popular, reservas espirituais das quais o processo sinodal necessita. Ao mesmo tempo, o processo sinodal possui, em sua insistência orante e em seu chamado à conversão, o antídoto contra a ideologização em que se pode cair diante de nossas convulsionadas realidades sociais e históricas, tão necessitadas de transformação.

Por fim, gostaria de encerrar esta reflexão com uma metáfora que o Documento Final nos oferece ao falar da Igreja como uma orquestra, na qual cada voz conserva seu timbre a serviço de uma música comum. Nessa orquestra, a América Latina e seu fazer teológico não são um solista que exige aplausos nem um músico que chega atrasado ao ensaio: são uma seção que há décadas vem afinando um modo de tocar —próximo, popular, comprometido com os últimos— e que agora descobre, com gratidão e responsabilidade, que sua melodia entrou na partitura de todos. O diálogo entre a sinodalidade e o fazer teológico latino-americano é uma oportunidade única para tocar nossa melodia com humildade, compartilhá-la e enriquecê-la com as demais vozes em nossa caminhada conjunta. Assim, como bem afirmava o documento preparatório, seremos capazes de "fazer germinar sonhos, suscitar profecias e fazer florescer esperanças", recordando que é o Espírito quem sustenta e dá harmonia à nossa caminhada e à nossa aprendizagem conjunta, com os pobres no centro e o Evangelho como única riqueza.

8. Bibliografia

Documentos magisteriais e sinodais

FRANCISCO, Nota de Acompanhamento ao Documento Final da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos. Cidade do Vaticano, 24 de novembro de 2024.

XVI ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO SÍNODO DOS BISPOS, Documento Final: «Por uma Igreja sinodal: comunhão, participação e missão». Cidade do Vaticano, 26 de outubro de 2024.

SECRETARIA-GERAL DO SÍNODO, Pistas para a Fase de Implementação do Sínodo 2025–2028. Cidade do Vaticano, 29 de junho de 2025.

FRANCISCO, Constituição Apostólica Episcopalis communio. Cidade do Vaticano, 15 de setembro de 2018.

FRANCISCO, Exortação Apostólica Evangelii gaudium. Cidade do Vaticano, 24 de novembro de 2013.

CONCÍLIO VATICANO II, Constituição Dogmática Lumen gentium. Roma, 21 de novembro de 1964.

CONCÍLIO VATICANO II, Constituição Pastoral Gaudium et spes. Roma, 7 de dezembro de 1965.

Documentos do magistério latino-americano

V CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE, Documento de Aparecida. Aparecida, Brasil, 2007.

III CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO, Documento de Puebla. Puebla, México, 1979.

II CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO, Documento de Medellín. Medellín, Colômbia, 1968.

Documentos teológicos de referência

COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, A sinodalidade na vida e na missão da Igreja. Cidade do Vaticano, 2 de março de 2018.

COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL, O sensus fidei na vida da Igreja. Cidade do Vaticano, 2014.

FRANCISCO, Constituição Apostólica Praedicate Evangelium. Cidade do Vaticano, 19 de março de 2022.

FRANCISCO, Carta Apostólica sob a forma de «motu proprio» Spiritus Domini. Cidade do Vaticano, 10 de janeiro de 2021.

DICASTÉRIO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS, O Bispo de Roma. Primado e sinodalidade nos diálogos ecumênicos e nas respostas à encíclica Ut unum sint. Cidade do Vaticano, 2024.

Intervenções do magistério pontifício

FRANCISCO, Saudação final da XVII Congregação Geral da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos. Aula Paulo VI, 26 de outubro de 2024.

FRANCISCO, Discurso inaugural da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos. Aula Paulo VI, 2 de outubro de 2024.

FRANCISCO, Discurso por ocasião do 50º aniversário da instituição do Sínodo dos Bispos. Cidade do Vaticano, 17 de outubro de 2015.

LEÃO XIV, Primeira saudação e bênção da Sacada Central da Basílica de São Pedro. Cidade do Vaticano, 8 de maio de 2025.

Francisco Javier Burgos



Teólogo latino-americano originário da República Dominicana. É membro da rede Ameríndia e da Associação de Estudos de Paz e Justiça dos Estados Unidos, onde reside e vive sua experiência de fé e pastoral em espaços que promovem o diálogo ecumênico e inter-religioso em resposta aos desafios do mundo de hoje. Sua reflexão teológica se nutre de sua experiência pastoral e comunitária dos Estados Unidos, da América Latina e do Caribe.

Para Francisco Burgos, "o processo sinodal iniciado pelo Papa Francisco em 2021 constitui um dos esforços pastorais mais amplos e participativos da história recente da Igreja católica". Seu texto nos permite compreender melhor esse processo, não apenas em sua dimensão temporal, o que já constitui uma grande ajuda, mas também aprofundando por que é tão importante e vital para nossa Igreja católica promover esse processo de reforma e mudança. O autor nos ajuda a identificar as abordagens pastorais contemporâneas que emergem dessa caminhada sinodal, com especial atenção à sua relevância para a América Latina.

Com seriedade argumentativa, mas também com clareza e simplicidade explicativa, ele nos ajuda a reconhecer "chaves sinodais" para a América Latina e o Caribe, que devem ser vividas, sonhadas e aplicadas para continuarmos caminhando em "sintonia" com o Espírito, que nunca nos deixou caminhar sozinhos e agora continua nos animando com força e alegria para construir uma Igreja e um mundo mais próximos do que Deus deseja em seu coração.

Observatorio Latinoamericano de la Sinodalidad

ISBN: 978-9915-9843-8-4